

Notícias Sindicais, 13/03/14

Agência Brasil, 13/03/14

TST considera abusiva greve de funcionários dos Correios

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou hoje (12) abusiva a greve dos funcionários dos Correios e determinou a volta ao trabalho na próxima sexta-feira (14). Se a decisão não for cumprida, o sindicato da categoria deverá pagar multa diária de R\$ 20 mil. A greve começou no dia 29 de janeiro e atinge 15 estados.

Por unanimidade, os ministros da Seção Especializada em Dissídios Coletivos também decidiram cortar 15 dias do salário dos empregados referente ao mês de abril. Dos 42 dias parados, os trabalhadores devem fazer a compensação de 27 dias.

A principal alegação apresentada pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect) era que os Correios violaram cláusulas do plano de saúde dos funcionários. Os ministros do TST entenderam que não houve descumprimento da cláusula que trata do plano de saúde.

Diap, 13/03/14

Salário mínimo: briga em defesa do piso nacional vai ser boa*

A política de valorização "lenta, gradativa e segura" do salário mínimo, negociada com as centrais sindicais unidas depois de uma sucessão de marchas dos trabalhadores a Brasília, transformou-se em verdadeiro terceiro trilho do metrô, aquele que eletrocuta quem pisa nele.

*João Guilherme Vargas Netto***

Vocês se lembram das profecias ensandecidas contra os aumentos reais do salário mínimo?

Com os aumentos, o desemprego e a informalidade iriam disparar, a Previdência quebraria e as prefeituras seriam inviabilizadas. Nada disso aconteceu e, pelo contrário, ninguém ousa negar o fundamental papel positivo dos ganhos reais do salário mínimo para os trabalhadores, para a sociedade e para a economia.

A política de valorização "lenta, gradativa e segura" do salário mínimo, negociada com as centrais sindicais unidas depois de uma sucessão de marchas dos trabalhadores a Brasília, transformou-se em verdadeiro terceiro trilho do metrô, aquele que eletrocuta quem pisa nele.

Para eliminá-la, os adversários percebem que é essencial confundir os trabalhadores e dividir as centrais sindicais, atacando-a "de ladinho", ou seja, atacando-a depois de elogiá-la e oferecendo mil e uma alternativas aparentemente mais aceitáveis.

Ninguém propõe pura e simplesmente a sua eliminação (mesmo alguns editoriais de jornalões que querem a desindexação imediata cogitam contraditoriamente alguma regra), mas já surgiram as seguintes propostas alternativas:

- * desvincular o salário mínimo dos benefícios previdenciários, trabalhistas (como seguro-desemprego) e de assistência-social;
- * desvincular o salário mínimo nos empregos públicos (leia-se prefeituras) mesmo celetistas;
- * corrigir pela inflação mais uma porcentagem inferior a 1%;
- * corrigir pela inflação mais o crescimento do PIB per capita;
- * corrigir pela inflação mais a média dos outros ganhos reais de salários; e
- * corrigir pela inflação mais o aumento da produtividade (que ninguém sabe como medir).

Estas e outras formas vão sendo veiculadas principalmente neste ano eleitoral em que cada candidato será praticamente forçado pelo movimento sindical a se pronunciar sobre o tema.

Uma coisa é clara para mim: o que garante hoje o impulso unitário das centrais sindicais e aumenta nosso poder de fogo é a luta pela manutenção da atual política vitoriosa dos reajustes do salário mínimo.

(*) Título original: A briga vai ser boa

(**) *Membro do corpo técnico do Diap e consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores*

Agência Brasil, 13/03/14

Dieese aponta queda no custo de vida, mas alerta sobre alta dos alimentos

O Índice do Custo de Vida (ICV), na cidade de São Paulo, medido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ficou em 0,61%, em fevereiro. Essa elevação foi 1,34 ponto percentual menor do que a registrada em janeiro (1,95%). No acumulado de 12 meses, a taxa teve alta de 6,75% e neste ano 2,57%.

De um total de dez grupos pesquisados, sete apresentaram aumentos com destaque para alimentação (1,26%), saúde (0,78%), equipamento doméstico (0,51%) e transporte (0,44%). Nos

demais grupos ocorreram as seguintes variações: educação, leitura e recreação (0,33%), despesas diversas (0,73%), despesas pessoais (-0,09%), vestuário (-0,22%) e recreação (-0,81%).

Os itens alimentícios acumulam aumento de 2,66% neste ano e os que mais subiram de preço em fevereiro foram os *in natura* e semielaborados (2,49%). As hortaliças ficaram em média 20,41% mais caras e entre elas a alface com alta de 25,01%. Já os legumes tiveram reajuste médio de 12,24%. Só o chuchu ficou 32,68% mais caro; a vagem teve elevação de 19,73% e a berinjela, 16,80%.

As frutas eram encontradas por preços em média 6,19% acima do registrado, em janeiro, e algumas das principais variações foram: pêssego (12,73%); ameixa (9,80%); laranja (9,46%) e melancia (9,06%). No mesmo período, houve queda de preços do abacate (-18,98%); da pêra (-6,11%) e do limão (-4,29%).

Entre as raízes e tubérculos com alta de 2,53% houve expressiva elevação da beterraba (17,87%), cenoura (12,25%), mandioca (3,14%) e cebola (2,84%) e queda no caso da batata (-0,50%) e mandioquinha (-0,20%).

Os cortes de carne bovina passaram a custar 1,36% mais enquanto os de suína caíram 0,34%. O leite *in natura* apresentou alta de 0,56%; os grãos teve recuo de 0,62% como reflexo do feijão com redução de 5,34% que acabou compensando o aumento de 1,03% do arroz e de 2,55% em outros grãos. No segmento de aves e ovos ocorreu diminuição de 1,85% e foram as aves que influenciaram o resultado ao cair 2,96%. Já os ovos tiveram acréscimo de 3,34%.

Os alimentos processados apresentaram recuo de 0,16% com destaque para o açúcar (-3,34%) e leite do tipo longa (-2,91%). E fazer as refeições fora de casa implicou em pagar 0,97% mais do que em janeiro pelo mesmo tipo de serviço.

As famílias que mais sentiram o peso do ICV sobre o orçamento doméstico foram as de classe média com renda média de R\$ 934,17. Para esse segmento social, a inflação teve uma variação de 0,65%, enquanto para os consumidores de baixa renda (teto de R\$ 377,49), o custo de vida subiu com menos intensidade (0,54%). Em referência aos que detêm poder aquisitivo maior (na faixa de R\$ 2.792,00), o índice oscilou em 0,59%.

No acumulado de um ano, os mais ricos foram os mais penalizados pela alta de preços com inflação de 7,28% ante 6,22% pesquisado na classe média e 5,72% entre os mais pobres.

Portal da CUT

Faltam, no Brasil, mecanismos para limitar demissões imotivadas

12/03/2014

Seminário em Brasília discute a elevada rotatividade de empregos, que preocupa governo e entidades de trabalhadores

Escrito por: Rede Brasil Atual

Ausência de mecanismos que limitem a demissão imotivada; baixa preocupação do empresariado com o investimento em qualificação de empregados; disponibilidade de oferta de mão de obra (ou ocupada de maneira precária) sem proteção laboral e social; baixa escolaridade dos empregados; e substituição de trabalhadores mais antigos pelas empresas, como forma de reduzir o custo do trabalho. Seriam esse alguns dos principais motivos para o aumento da rotatividade no emprego, segundo estudo apresentado pelo Dieese em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O trabalho foi divulgado nesta terça-feira (11), durante seminário realizado na sede do ministério, com o objetivo de discutir entre representantes de diversos setores, além do Executivo e Legislativo, alternativas de políticas públicas para ajudar a combater o problema, que tem como consequências, para o trabalhador, a não elevação de seu nível de qualificação e a precarização do emprego. Para o setor público, a ampliação de despesas com o seguro-desemprego..

“Não existe aqui uma bala de ouro, uma única medida capaz de resolver esse problema, que é complexo. O convite para essa atividade é um grande desafio. Temos de abrir o diálogo sobre o tema, que é polêmico e exigirá esforços de todos nós para enfrentá-lo”, afirmou o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. Conforme o trabalho, apresentado por vários pesquisadores, um terço dos vínculos de emprego existentes durante o ano (contratos de trabalho) no país, costumam ser rompidos por iniciativa do empregador, o que causa a condição para o acesso ao seguro-desemprego.

Esse percentual já não leva em conta as substituições decorrentes de falecimento, aposentadoria, desligamento a pedido do trabalhador, transferências e demais situações que não caracterizam motivos para requerer o seguro.

Estrutura heterogênea

Embora se esperasse que a redução do desemprego levasse à diminuição da pressão sobre o seguro-desemprego, como acontece na Europa, isso não ocorre no Brasil. Conforme avaliação do

Dieese, o mercado de trabalho brasileiro, além de apresentar, no início dos anos 2000, as maiores taxas de desemprego de sua história, ainda o fazia sobre uma estrutura ocupacional heterogênea, com informalidade alta e crescente.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que na última década houve redução de desemprego e aumento da formalização do mercado de trabalho, também cresceu o universo de trabalhadores incluídos no sistema de proteção com o seguro-desemprego. Passou também a existir demanda por uma força de trabalho que não é respondida em quantidade e qualidade.

“Isso pode estar acontecendo por diferenciação da alocação da demanda e oferta no território; por desequilíbrios entre as ocupações oferecidas e os profissionais existentes e disponíveis; por déficit de qualificação por parte do trabalhador; pela baixa qualidade dos postos de trabalho oferecidos ou pelos baixos salários, entre outros motivos”, explicou o professor Sílvio Pessoa, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), que acompanhou o estudo.

Até existem casos em que a mudança do emprego é feita por escolha do trabalhador, por ter encontrado uma condição melhor, o que é positivo. O que preocupa os estudiosos, porém, são os casos em que o trabalhador é demitido por conveniência do empregador. A rotatividade, aí, é negativa, porque esse trabalhador precisa se submeter posteriormente a salários mais baixos e menos benefícios para se manter no mercado de trabalho – o que leva a uma situação de precarização das relações trabalhistas, conforme explicou o ministro titular da pasta, Manoel Dias.

Segundo o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (MPS), Leonardo Rolim, uma das causas desse problema é o fato de a atual legislação brasileira induzir à rotatividade. “É preciso que haja mudanças para reter os trabalhadores nas empresas. As empresas perdem produtividade, o trabalhador perde direitos e o governo tem despesa. Hoje, a nossa legislação induz à rotatividade. Temos como desafio mudar essa lógica, ter uma legislação que induza os trabalhadores a ficarem mais tempo nas empresas”, completou ele.

José Lopes Feijóo, assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência, destacou que é preciso olhar melhor para o mercado de trabalho brasileiro para que se consiga descobrir como controlar taxas tão altas de rotatividade “Do lado empresarial, há queixa constante de que é caro demitir. Do lado dos trabalhadores, de que a demissão é feita para reduzir custos. São lógicas que não batem”, observou.

Proporção e encargos

De acordo com o pesquisador e professor Carlos Baltar, da Unicamp, os estudos a serem feitos daqui por diante precisam levar em conta os tipos de desligamento dentro dessa rotatividade e o comportamento das empresas. “Não é fácil distinguir os dois tipos de movimento de trabalhadores, que possuem características diferentes, impactos diferentes e precisam de diferentes instrumentos para serem enfrentados. Um determinado estabelecimento pode ter um quadro de trabalhadores num mês e no mês seguinte pode ampliar o número de postos de trabalho, mas ao mesmo tempo desligar vários dos seus trabalhadores”, acentuou, ressaltando ser importante cuidado na realização dessa análise.

O professor Hélio Zilberstajn, da USP, também sugeriu que, diante das mudanças observadas no mercado de trabalho nos últimos anos, sobretudo com o advento da internet, que fez com que a verticalização das empresas passasse a não ser mais necessária em vários setores, tornou-se importante que as políticas públicas passem a se preocupar com a formação de novos arranjos.

Ele citou como exemplo os casos de condomínios de fazendeiros que contratam trabalhadores em períodos diferentes e estes realizam atividades laborais em várias fazendas ao mesmo tempo, sem que precisem ser demitidos nos períodos de entressafra. O especialista sugeriu, ainda a criação de um banco de dados para trabalhadores da construção civil. “São ideias que poderiam ser pensadas dentro do enfrentamento ao problema.”

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, em 2013 foram gastos cerca de R\$ 30 bilhões com o pagamento do seguro-desemprego.

Portal da CUT

Federação Solidária dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção de São Paulo realiza congresso nesta semana

12/03/2014

Evento na Praia Grande ocorrerá na próxima sexta-feira (14)

Escrito por: Conticom-CUT

A Federação Solidária dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção, da Madeira e Afins do Estado de São Paulo (FSCM/CUT) realizará seu congresso na próxima sexta-feira (14).

O congresso será realizado com a presença de todos os sindicatos cutistas habilitados. Para o presidente, Josemar Bernardes, "a partir deste congresso queremos selar a unidade de todos os sindicatos cutistas e buscar a filiação de novos sindicatos à CUT, visando organizar e fortalecer mais a luta em todo o estado". O evento será realizado na Praia Grande, das 9 às 16 horas.

No fim de semana que se segue (dias 15 e 16) serão realizados os "Jogos Operários" do estado no mesmo espaço do congresso, são esperados mais de 400 pessoas, entre trabalhadores e familiares. As modalidades disputadas este ano serão futebol (masculino e feminino), cabo de guerra, truco, dominó, dança de salão, tênis de mesa, bilhar, entre outros.

Portal da CTB

Contag lança campanha em defesa da contribuição sindical

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) faz campanha pela a contribuição sindical nos sindicatos rurais e com isso fortalece o movimento sindical no campo. "O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) garantiu muitas conquistas a partir de muita luta e da confiança e contribuição depositadas pela categoria. Algumas delas são: a inclusão dos rurais no Regime Geral da Previdência Social, a extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados (as) rurais, os Programas de Habitação Rural (PNHR), de Aquisição de Alimentos (PAA), de Alimentação Escolar (PNAE), o crédito do Pronaf e o crédito fundiário, entre outras políticas que visam melhorar a qualidade de vida no campo", garante.

Por isso, "para fortalecer o MSTTR e viabilizar o seu trabalho, anualmente, os agricultores e agricultoras familiares devem pagar a contribuição sindical rural, conforme estabelecido no art. 580 da CLT e no Decreto Lei 1.166/1971. O pagamento é feito logo após a colheita e cada estado possui datas diferentes de vencimento", defendem os dirigentes contaguanos. "Já abril é o mês do recolhimento da contribuição sindical dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas (os) rurais, sendo descontado um dia de trabalho do seu salário, conforme a mesma lei. Portanto, é uma contribuição obrigatória e o prazo se encerra em 30 de abril", sinaliza a entidade.

As empresas rurais e os agricultores e agricultoras familiares devem procurar o STTR do seu município ou se cadastrar no site da Contag, no endereço www.contag.org.br/arrecadacao/guias.php, para emitir a guia de recolhimento. Em caso de dúvida, o contato pode ser feito pelo email: sindical@contag.org.br.

"Aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) cabe a responsabilidade de fazer a campanha e a divulgação do recolhimento da contribuição sindical rural aos trabalhadores (as) do seu município. A Contag alerta, ainda, para que os STTRs fiquem atentos à arrecadação feita no seu município. Pois há casos em que a empresa faz a retenção do imposto dos trabalhadores (as) assalariados (as) e se apropria desse dinheiro, não repassando para o Sistema Contag. Isso é crime! Se o sindicato identificar essa fraude deve denunciar o caso ao Ministério Público ou à Contag".

Portal CTB com informações da Contag

Portal da Força Sindical

Enfermagem vai às ruas lutar pela aprovação das 30 horas

Todos na Avenida Paulista nesta sexta-feira (dia 14/03)

A luta pelas 30 horas é antiga. A primeira lei do exercício profissional, de 1944, só foi aprovada em 1955, mas o presidente Café Filho vetou o artigo que instituía as 30 horas. Depois disso, a luta continuou por várias décadas. Após muita pressão foi elaborado o PL 2295, que há 14 anos aguarda votação no Congresso Nacional. Em junho de 2012, o assunto quase foi votado. No entanto, numa manobra de última hora orquestrada pela presidente Dilma e seus assessores frustrou a esperança de 1,7 milhões de profissionais da Enfermagem, que aguardavam ansiosos a aprovação do PL.

No entanto, apesar das dificuldades, a luta continua e o SinSaudeSP, juntamente com outras entidades nacionais, que compõem o Fórum Nacional 30 horas já está organizando uma grande mobilização pelas 30 horas, a ser realizada no próximo dia 14/03, a partir das 14 horas, na avenida Paulista. Vamos mostrar a nossa força: a Enfermagem no Brasil tem cerca de 1,7 milhões de trabalhadores, desse total, 600 mil atuam no Estado de São Paulo. São falsos os argumentos das entidades filantrópicas e demais patrões da saúde, de que as 30 horas iriam significar aumento de custos insuportáveis para o sistema. Análise sobre o assunto, feita por técnicos do Ministério da Saúde, baseado na RAIS, mostram um valor bem abaixo do apontado pelo setor patronal, que estimou em R\$ 7 bilhões os gastos que seriam provocados pela implantação das 30 horas. Ainda segundo o estudo citado, o valor não passaria de 5% do total. Convocamos a todos para participar do movimento nacional, que se concentrará no MASP, na Avenida Paulista, e sairá em passeata para mostrar a nossa força. Os políticos que continuarem a se posicionar contra o PL 2295/00 serão repudiados pela Enfermagem e pelos profissionais da saúde. Participe!

Carta aberta à População

A grande luta pelas 30 horas e pela saúde do povo brasileiro!

A enfermagem luta por uma jornada decente de 30 horas semanais. Essa luta é antiga. A primeira Lei do Exercício Profissional da Enfermagem data de 1944 e só foi aprovada em 1955, mas o presidente de então, Café Filho, vetou o artigo que previa a jornada de 30 horas. A luta prosseguiu por décadas e após muita pressão foi elaborado um Projeto de Lei - PL 2295/00, que há 14 anos aguarda votação no Congresso Nacional. Esse PL quase entrou na pauta do Congresso, em junho de 2012. No entanto, numa manobra política desleal, a presidente Dilma e o então Ministro da Saúde Alexandre Padilha conseguiram retirar o assunto de votação, frustrando as esperanças de um contingente de dois milhões de trabalhadores da enfermagem - mais de 600 mil só em SP -, que viram sua esperança cair por terra.

Por tudo isso, este grande contingente de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e outros profissionais da saúde, somados aos seus amigos e familiares, sairão às ruas para pressionar as autoridades e exigir a aprovação urgente das 30 horas para a enfermagem. Importante assinalar que a medida favorece não somente estes trabalhadores, mas toda a população. Estudos demonstram que a jornada de 30 horas melhoraria os atendimentos ambulatoriais e hospitalares, evitando possíveis falhas no sistema. Por tudo isso pedimos o apoio da população ao movimento 30 horas já! Vamos todos lutar por uma saúde mais humana e de melhor qualidade. Os políticos que continuarem a se posicionar contra o PL 2295/00, como a presidente Dilma e o Ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha serão repudiados na hora do voto pela Enfermagem e pelos profissionais da saúde.

A Diretoria

Portal da UGT

II Congresso Internacional de Direito Sindical

Com o apoio da União Geral dos Trabalhadores do Ceará (UGT-CE), Fortaleza será sede, entre os dias 02 e 04 de abril, do Congresso Internacional de Direito Sindical. O evento promovido pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT) terá como objetivo aprofundar a discussão sobre o sindicalismo brasileiro, considerando a realidade do trabalho e dos reflexos da crise econômica européia, que ameaçam se alastrar pelos demais países.

Diversos temas serão abordados durante o evento, principalmente no que se refere ao cotidiano sindical partindo da humanização do trabalho e das relações que as instituições exercem junto às representações do Poder Público, especialmente o poder Judiciário e Ministério do Trabalho.

As inscrições serão feitas até a próxima sexta-feira (14), pelo site do Conalis e os dirigentes dos sindicatos filiados a UGT que realizarem seus cadastros deverão enviar seus nomes para a Secretaria Geral da Central, no e-mail secger@ugt.org.br.

As inscrições serão validadas somente após a UGT Nacional encaminhar para a coordenação do evento os nomes dos inscritos.

Portal da CSB

Policiais federais preparam 72 horas de mobilizações em todo o Brasil

Cronograma proposto pela Fenapef prevê ações nos estados e uma grande passeata em Brasília para reivindicar aumento salarial e melhores condições de trabalho

Começa hoje, 11 de março, uma grande mobilização dos policiais federais – organizada pela Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) e seus sindicatos - para reivindicar junto ao governo reajuste salarial e lutar contra o sucateamento da Polícia Federal.

A paralisação vai durar 72 horas e contará com atos em todos os estados e uma grande passeata, amanhã (12), em Brasília. Flávio Werneck, vice-presidente da CSB, diretor da Fenapef e presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol-DF), argumenta que a categoria luta pela recomposição inflacionária nos salários dos últimos sete anos e pela criação de um projeto de lei que estabeleça as atribuições dos trabalhadores.

“Os policiais, há quase oito anos, têm 0% de aumento salarial, ou seja, estão há anos com os salários congelados”, explica Werneck. “As nossas atribuições hoje não são previstas em lei. Isso é ruim para a sociedade e para os policiais, porque não sabemos o que devemos fazer, e a sociedade não sabe o que pode e deve cobrar dos policiais, que ficam na mão dos gestores e dos governantes de plantão”, completa.

Durante o dia de hoje, os agentes permanecerão em frente ao prédio da sede da PF em Brasília para receber os policiais de todos os estados que participarão da mobilização. Está marcada para as 15h uma reunião entre os representantes da categoria e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

A passeata de amanhã terá concentração às 13h - em frente ao prédio do Ministério da Justiça - e contará com imensos elefantes brancos que representarão a segurança pública brasileira. De lá, a mobilização irá até a praça dos três poderes e se manterá em frente ao Palácio do Planalto. Segundo Flávio Werneck, a CSB está dando todo o apoio político nas reuniões e participará da passeata.

“Vamos, com o apoio da Central, lutar pelo que a Constituição já nos garante. Os policiais federais pertencem às carreiras de estado, então esperamos que o governo reconheça a importância desses trabalhadores e de nossas atividades. Somos responsáveis por toda a imigração no País, e isso é muito importante para a segurança do Brasil, principalmente agora em grandes eventos que estão para acontecer. Por isso precisamos ser valorizados”, conclui o vice-presidente da CSB.

Portal Mundo Sindical

Silvio Campos vence a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense

O sindicalista Silvio Campos, que encabeçou a Chapa 1, venceu as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, com 3.056 votos. Ao todo foram computados 4.182 votos. A Chapa 2 teve 443 votos, enquanto a Chapa 3 ficou com 568 votos. Votos brancos somaram 41 e nulos 39. Trinta e cinco votos foram considerados "separados" (apresentaram algum problema para identificar).

A apuração dos votos começou por volta das 22 horas, no Recreio dos Trabalhadores, em Volta Redonda, com pelo menos duas horas de atraso por causa das urnas das empresas de Resende que demoraram para chegar em Volta Redonda devido a engarrafamentos na Via Dutra. Policiais militares acompanharam a votação, que ocorreu sem nenhum problema.

As outras duas chapas que disputaram a eleição do sindicato foram encabeçadas por Valderli Jordão e Jeremias Casemiro, o Mirim.

A chapa vencedora, que teve o apoio do presidente do sindicato Renato Soares vai assumir o sindicato em setembro, quando se encerra o mandato da atual diretoria.

Fonte: Diário do Vale - 12/03/2014

Portal Mundo Sindical

Servidores públicos de Petrolina (PE) fazem paralisação de advertência

Durante toda a manhã da última segunda-feira (10), centenas de servidores municipais de Petrolina (PE) promoveram uma parada de advertência. Os servidores cruzaram os braços e protestaram em frente à Prefeitura para exigir melhores condições de trabalho.

A paralisação, decidida em assembleia, visa chamar a atenção do executivo para a situação caótica do setor. Os servidores também reivindicam 8% de reajuste salarial e gratificações, além da construção de plano de cargos e carreiras.

“Estamos tentando uma negociação justa com o executivo que mais uma vez não ouve a categoria e oferece migalhas”, afirmou Leonilza Dias, diretora do Sindicato dos Servidores Municipais de Petrolina (Sindsemp).

Durante o protesto, os servidores externaram suas angústias com desabafos e relatos sobre as péssimas condições de trabalho “o executivo fecha os olhos, nos desrespeita, nos trata com descaso. Somos nós que atendemos a população. Os governos entram e saem, mas nós ficamos!” lembrou Yoneide Barbosa, representante da Associação dos Profissionais em Educação de Petrolina (Apemp).

Léia Araújo, presidente do Sindsemp, enfatizou que utilizará todos os instrumentos de luta “pararemos em advertência, reuniremos com a comunidade e vamos distribuir panfletos informativos, deixaremos nossa posição marcada e firmada. Reafirmaremos nossas bandeiras, não seremos omissos, nem coniventes com as péssimas condições oferecidas, se não avançar na negociação e deliberado coletivamente faremos sim, greve”, argumentou.

Uma nova paralisação de advertência está marcada para esta sexta-feira (14), a partir das 8h da manhã, em frente à Prefeitura.

Fonte: Portal CTB com Sindsemp - 12/03/2014

Portal da CTB

Centrais paraguaias convocam greve geral para 26 de março

No Paraguai, as centrais sindicais convocaram uma greve geral para o próximo dia 26. As principais reivindicações dos trabalhadores são o reajuste de 25% do salário mínimo, a redução da passagem do transporte público e a eliminação da Lei de Aliança Público-Privada (APP) que, segundo denunciam sindicalistas, representa a privatização dos patrimônios do Estado.

Além das seis centrais sindicais do país, também aderiram à greve organizações camponesas da Federação Nacional Camponesa e a Mesa Coordenadora das Organizações Camponesas (MCNOC), universitários e partidos políticos.

Para o presidente da Central Unitária de Trabalhadores Autêntica (CUT-A), Bernardo Rojas, “esta será uma greve histórica, unindo capital e interior, trabalhadores da saúde, educação, comércio e indústria aos estudantes e camponeses”. “O fato é que o povo está cansado deste governo neoliberal de Cartes”, sublinhou.

Dentre as reivindicações também está a reforma agrária, o fim da criminalização das lutas sociais e a libertação dos presos políticos. O governo de Horácio Cartes decretou o ajuste de 10% do salário mínimo e fala de revisar os custos da passagem, em relação à Lei de Aliança Público-Privada, o presidente daquele país não se manifestou.

Com informações de agências

Organizado por Ernesto Germano